

PROCESSO n.º 23381.003917.2022-48

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico (SRP) n.º 10/2022/REITORIA/IFPB

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Trata-se de resposta ao pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 010/2022/REITORIA/IFPB, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação, de forma contínua e com a dedicação exclusiva de mão de obra, de serviços de apoio administrativo, para fins de atendimento às necessidades institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Preliminarmente, ressalto a necessidade de leitura atenta do edital, haja vista que a resposta ao questionamento efetuado se encontra nele e ou no Termo de Referência.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do item 24 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico em epígrafe, em consonância com o disposto no inciso II, do art. 17, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, os pedidos de esclarecimentos referentes **ao edital e seus anexos** deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Com efeito, observa-se a tempestividade do pedido de esclarecimento realizado, no dia 01/11/2022 encaminhado ao Pregoeiro. Neste sentido, reconhecemos o requerimento de esclarecimento feito pelo peticionante ao edital de licitação, ao qual passamos a apreciar o mérito e nos posicionar dentro do prazo legal estabelecido no regramento supramencionado.

2. DA SOLICITAÇÃO

Em síntese, o fornecedor solicita o saneamento de dúvidas conforme o questionamento a seguir:

[...]

01 - Conforme disposto no item 23.1 do Termo de Referência: "A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação."

Questionamos se o seguro-garantia será devidamente acolhido caso a empresa seja sagrada vencedora?

[...]

Questionamos se o seguro-garantia com base na SUSEP 477 e/ou 577 será devidamente acolhido caso a empresa seja sagrada vencedora?

[...]

02 - Questionamos se os pagamentos/faturamentos mensais serão realizados com base no fato gerador?

3. DA APRECIÇÃO DO MÉRITO

Acerca da dúvida apresentada pelo peticionante, e alertando que os apontamentos aqui apresentados fazem referência aos estudos desenvolvidos no âmbito da unidade gerenciadora, esclarecemos que:

Questionamento 01:

Resp.: I - Conforme disposições do Subitem 23.1., do Termo de Referência, a empresa Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, modalidades estas que encontram-se disciplinadas no §1º, do art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

Resp.: II - Conforme disposições dos incisos I e II, do Art. 37, da Circular SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022, a qual dispõe sobre o seguro garantia, as Circulares SUSEP n.º 477/13 e 577/18, encontram-se revogadas. Não podendo, as seguradoras, comercializar, a partir de 01 de janeiro de 2023, novos contratos de Seguro Garantia em desacordo com as disposições da Circular SUSEP n.º 662/22.

Questionamento 02:

Resp.: I - Conforme disposições do ITEM 21, do Termo de Referência, assim como, subitem 8.12., dos Estudos Técnicos Preliminares, o mecanismo de tratamento de risco dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra adotado pela Administração será a conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, onde a entidade contratante descontará do valor da fatura mensal a ser paga à contratada o valor correspondente às provisões destinadas ao pagamento de férias, 13º salário e verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, depositando-o em uma conta bancária aberta em nome da contratada, mas com movimentação vinculada à autorização da contratante, a qual somente será concedida por ocasião dos pagamentos dessas verbas aos trabalhadores.

Isto posto, dê ciência ao peticionante do conteúdo deste expediente, com a publicação do mesmo no site do <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.ifpb.edu.br/transparencia/licitacoes>, dando continuidade aos trâmites relativos ao procedimento licitatório.

Por fim, ressalta-se que os termos do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 010/2022 mantêm-se inalterados.

João Pessoa - PB, 03 de novembro de 2022.

UBALDINO GONCALVES SOUTO MAIOR FILHO
Pregoeiro